



**PROTOCOLO ENTRE A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, ASSOCIAÇÃO DE
FUTEBOL DE BRAGA, MUNICÍPIO DE BARCELOS E ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL
POPULAR DE BARCELOS**

Considerandos:

- 1 - A Federação Portuguesa de Futebol tem por principal objeto promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do futebol, em todas as suas variantes e competições.
- 2 - A Associação de Futebol de Braga tem como fins principais promover, fomentar, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do futebol não profissional, em todas as suas especialidades, na área da sua jurisdição.
- 3 - A Associação de Futebol Popular de Barcelos tem por objeto a promoção e divulgação de atividades desportivas, designadamente futebol nas suas mais diversas vertentes, desde que praticado de forma amadora e não federado.
- 4 - Foi publicado no dia 9 de abril de 2015 o Decreto-Lei n.º45/2015, o qual define, entre outras coisas, *“as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, como o respetivo regime contraordenacional”*, conforme o n.º1 do artigo 1.º.
- 5 - Nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º45/2015 de 9 de abril, as federações desportivas detêm o direito exclusivo de *“Promover, regulamentar e dirigir a nível nacional a prática de uma modalidade desportiva ou um conjunto de modalidades afins ou associadas”*.
- 6 - O Município de Barcelos dispõe de atribuições, designadamente nos domínios dos *“Tempos livres e desporto”*, conforme o disposto nas alíneas f) do n.º2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, com a redação atualizada.
- 7 - É da competência da Câmara Municipal *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde...”* conforme o disposto na alínea u) n.º1 do artigo 33.º do Anexo I do citado diploma.
- 8 - O Município de Barcelos tem vindo a promover, estimular e apoiar a cultura física e o desporto, quer conjuntamente com as agremiações desportivas, quer por iniciativa própria, quer ainda com as escolas concelhias.
- 9 - A relação do Município de Barcelos com a Associação de Futebol Popular de Barcelos tem revestido, de alguns anos a esta parte, a forma de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, de natureza técnico-financeira, consubstanciando, em especial, no fomento,

divulgação e prática do desporto nas modalidades não profissionais no concelho de Barcelos, concretamente na modalidade de futebol.

10 - Com o objetivo de explicar e esclarecer o novo enquadramento legal (DL 45/2015 de 09 de abril), realizou-se no passado dia 02 de setembro, na Autarquia de Barcelos, uma reunião de trabalho com a participação do Município de Barcelos, Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Futebol de Braga e Associação de Futebol Popular de Barcelos, para a organização de atividades recreativas no âmbito do desporto, promovidas por entidades públicas e privadas em modalidades desportivas que têm federações desportivas com UPD.

É celebrado livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente protocolo entre:

1 - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL, abreviadamente designada por FPF, pessoa coletiva n.º500 110 387, com sede na Cidade do Futebol, Avenida da Seleções em Oeiras, neste ato representada pelo seu Presidente, Fernando Soares Gomes da Silva, e pelo Diretor Pedro Miguel Pereira Dias, doravante designada **FPF**;

2 - ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA, Pessoa Coletiva n.º501 082 700 e com sede em Avenida João Paulo II – Complexo Rodovia na cidade em Braga, aqui representada pelo seu Presidente, Manuel de Jesus Ribeiro Machado e doravante designada **AFB**;

3 - MUNICÍPIO DE BARCELOS, Pessoa coletiva n.º505 584 760, com sede no Largo do Município, 4750-323, união das freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado pelo seu Presidente, Miguel Jorge da Costa Gomes, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **CMB**;

4 - ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DE BARCELOS pessoa coletiva n.º504 945 874, com sede no Estádio Cidade de Barcelos, Centro Empresarial, 4750-783, união das freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha (S. Martinho e S. Pedro), concelho de Barcelos, neste ato representado pelo seu Presidente da Direção, David Ângelo Real Tomé, com plenos poderes para o ato, doravante designada por **AFPB**.

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissivo pela legislação aplicável em vigor.

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente protocolo tem por objeto clarificar os direitos e obrigações a que os outorgantes estão adstritos, considerando o enquadramento legal do Decreto-Lei n.º45/2015 de 9 de abril.

Cláusula Segunda

(Direitos e Obrigações da FPF)

1 - Constituem direitos e/ou deveres da FPF:

- a) Reconhecer a possibilidade da entidade promotora do Futebol Popular (AFPB), organizar as atividades nos moldes em que o vêm fazendo;
- b) Colaborar com a AFPB, na realização de ações de formação para agentes desportivos participantes nas atividades de futebol popular, a custos controlados, e de participação obrigatória para os agentes participantes nas provas populares;
- c) Realizar uma revisão do regulamento de homologação de provas, de forma a não ser obrigatória nomeação de árbitros oficiais da FPF ou das Associações Distritais e Regionais de Futebol;
- d) Integrar os praticantes de recreação e lazer enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º45/2015, de 9 de abril, na família do futebol (registo, emissão de cartão);
- e) Divulgar, na sua página oficial, todas as provas que foram objeto de homologação em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º45/2015, de 9 de abril.

Cláusula Terceira

(Direitos e Obrigações da AFB)

1 - Constituem direitos e/ou deveres da AFB:

- a) Colaborar com a AFPB, na realização de ações de formação para agentes desportivos participantes nas atividades de futebol popular, a custos controlados, e de participação obrigatória para os agentes participantes nas provas populares;
- b) Integrar os praticantes de recreação e lazer enquadrados no âmbito do Decreto-Lei n.º45/2015, de 9 de abril, na família do futebol;
- c) Divulgar, na sua página oficial, todas as provas que foram objeto de homologação em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º45/2015, de 9 de abril.

Cláusula Quarta
(Direitos e Obrigações da CMB)

1 - Constituem direitos e/ou deveres da CMB:

- a) Colaborar/apoiar a AFPB, conforme as necessidades e disponibilidade, nos termos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com esta, em cada ano;
- b) Fiscalizar e verificar o exato desenvolvimento do programa de atividades da AFPB, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.

Cláusula Quinta
(Direitos e Obrigações da AFPB)

1 - Constituem direitos e/ou deveres da AFPB:

1.1. - Requerer à FPF a homologação das provas desportivas que organiza, comprometendo-se:

- a) Todas as provas têm que obter a necessária homologação da FPF;
- b) Para obtenção da referida homologação, têm de comprovar, entre outros aspetos previstos no regulamento de homologação de provas da FPF, que todos os participantes são portadores de seguro desportivo obrigatório por Lei e são portadores de exames médico desportivo;
- c) O controlo dos pressupostos mencionados na alínea anterior é efetuado pela entidade promotora das provas, sendo remetido à FPF evidências dos mesmos para efeito do pedido de homologação das provas;
- d) A entidade promotora das provas compromete-se a não aceitar inscrições de entidades/participantes que não cumpram com as obrigações definidas pela FPF em sede de regulamento de homologação das provas.

Cláusula Sexta
(Vigência)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração até 30 de junho de 2017, renovável automaticamente por um período de um ano se nenhuma das partes o denunciar.

Cláusula Sétima
(Incumprimento)

1 – O não cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas no presente protocolo constitui as partes outorgantes não faltosas no direito à sua rescisão, bem como a serem ressarcidas pelos danos que lhes forem causados.

2 – A rescisão deverá ser feita por escrito com a invocação dos fundamentos e terá de ser

efetuada com a antecedência mínima de 60 dias.

Cláusula Oitava
(Aplicação e integração de lacunas)

Quaisquer dúvidas suscitadas, lacunas e conflitos emergentes da aplicação do presente protocolo serão resolvidas por acordo entre as partes outorgantes.

Cláusula Nona
(Revisão)

As partes podem propor, em qualquer momento, alterações ao presente protocolo, sempre que pretendam ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.

Cláusula Décima
(Entrada em vigor)

O presente protocolo entra em vigor no dia da sua assinatura pelas partes outorgantes.

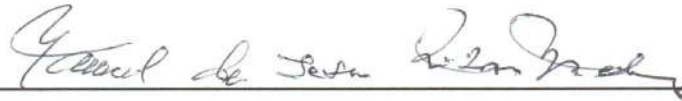
Feito em Barcelos, aos 6 dias de outubro de 2016, em quatro exemplares, rubricados e assinados pelas partes, destinando-se um a cada uma delas e todos valendo como originais.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

//Fernando Soares Gomes da Silva//

//Pedro Miguel Pereira Dias//

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA



//Manuel de Jesus Ribeiro Machado//

CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS



//Miguel Jorge da Costa Gomes//

ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL POPULAR DE BARCELOS



//David Ângelo Real Tomé//

